

-----**ACTA**-----

-----**DA REUNIÃO ORDINARIA DE 17 DE NOVEMBRO DE 2008**-----

-----Aos dezassete dias do mês de Novembro do ano de dois mil e oito, nesta cidade de Almeirim e na Sala das reuniões do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Assistente Administrativa, Maria João André Escrevente, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara Municipal deste Concelho, Excelentíssimos Senhores:-----

-----Presidente Câmara, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes, Vice-Presidente Pedro Miguel César Ribeiro e Vereadores Francisco Manuel Maurício do Rosário, José Carlos da Silva e Vítor Pedro.-----

-----Sendo quinze horas assumiu a presidência o Senhor Presidente, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----Foi considerada justificada a falta da Senhora Vereadora Joana Vidinha por se encontrar doente.-----

-----**PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----No Período Antes da Ordem do Dia pediu o uso da palavra o Senhor Vereador Francisco Maurício que leu: "INSPECÇÃO ORDINÁRIA À CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM / PROCESSOS JUDICIAIS Exmo. Sr. Presidente, tal como afirmei aquando da divulgação do Relatório do IGAT de 2000, também eu iria procurar informação sobre os famigerados processos Judiciais desde há anos reclamados pela oposição e que pensava se tratasse de mera teimosia sua em não divulgar. Afinal não foi tão difícil como julgava ter acesso a essa informação. Foi solicitada informação ao T.A.F. de Coimbra no dia 11 deste mês e no dia 14 foi enviada a surpreendente e incompreensível resposta que, na minha opinião, coloca em causa a continuidade deste Executivo que, deverá ser dissolvido, mas cujo efeito imediato será o de provocar a sua imediata demissão, pois V^a Ex^a ultrapassou tudo o que num Estado de Direito é

possível admitir. Aliás este comportamento pouco me surpreende e acho que esta informação, que nem eu, nem ninguém poderá calar, será a ponta do iceberg do que está aí para vir. Obviamente que não pretendo pôr em causa as obras efectuadas cujo licenciamento foi obtido junto da edilidade, obviamente que não pretendo ver qualquer demolição. Farei tudo ao meu alcance para ajudar a legalizar estas situações. Obviamente que não ponho, minimamente, em causa qualquer funcionário desta Autarquia que, aliás tiveram um comportamento exemplar nestes processos, como poderão constatar. Responsabilizo, exclusivamente o Sr. Presidente por todo este processo que envergonha a nossa terra. Para que conste em acta: DECISÕES TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE COIMBRA From: Maria Pires Barata Martins Gonçalves Gil Date: 2008/11/14 11:14 Subject: INSPECÇÃO ORDINÁRIA À CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM Ofº. nº 300/08-MG P.A. Nº 51 /02 DATA: 14-11-2008 Assunto: Inspeção Ordinária à Câmara Municipal de Almeirim Processo 140.300 de 7/09/2000 Com referência ao solicitado na sua carta de 11/11/2008 e ao processo em referência, junto remeto em anexo o ficheiro informativo do estado dos processos em causa. Com os melhores cumprimentos O Procurador da República António de Carvalho Gomes Conteúdo do ficheiro anexo: PA nº 51/2002 1. Recurso Contencioso de Anulação nº 851/02, relativo à construção de um edifício situado na Praça ou Largo Lourenço de Carvalho, em Almeirim, e cujo licenciamento foi requerido por Jorge Marques Gomes: Foi julgado procedente por sentença de 10 de Março de 2004, transitada em julgado, e, em consequência o licenciamento foi declarado nulo. 2. Recurso Contencioso de Anulação nº 872/02, relativo à construção de um edifício situado na Rua 5 de Outubro, com os nºs 57 e 59, em Almeirim, e cujo licenciamento foi requerido por Vítor Manuel Loureiro Catrola: Foi julgado procedente por sentença de 17 de Outubro de 2003, transitada em julgado, com a consequente declaração de nulidade do licenciamento. 3. Recurso Contencioso de Anulação nº 907/02, relativo à construção de um edifício com 4 pisos, situado na 5 de Outubro, nºs 63 a 65, em Almeirim, e

cujo licenciamento foi requerido por João Augusto Manuel Leonor Trindade Oliveira: Foi julgado procedente por sentença de 5 de Dezembro de 2003, transitada em julgado, e, em consequência o licenciamento foi declarado nulo. 4. Recurso Contencioso de Anulação nº 23/03, relativo à construção de um edifício com 4 pisos, situado no Gaveto da Praça da República com a Rua Dr. Francisco Nunes Godinho e a Travessa dos Armazéns, em Almeirim, e cujo licenciamento foi requerido por Tocrimo - Sociedade Imobiliária e Construções Lda: Foi julgado procedente por sentença de 15 de Março de 2004, transitada em julgado, e, em consequência o licenciamento foi declarado nulo. 5. Recurso Contencioso de Anulação nº 56/03, relativo à construção de um edifício com 4 pisos, situado na Rua Dionísio Saraiva, em Almeirim, e cujo licenciamento foi requerido por Ernestino Tomé Alves: Foi julgado procedente por sentença de 31 de Outubro de 2007, transitada em julgado, e, em consequência o licenciamento foi declarado nulo. 6. Recurso Contencioso de Anulação nº 104/03, relativo à construção de um edifício de 4 pisos, situado na Rua 5 de Outubro, nº 40, em Almeirim, e cujo licenciamento foi requerido por Pedro Jorge Leonor Trindade Oliveira: Foi julgado procedente por sentença de 31 de Maio de 2006, transitada em julgado, com a declaração de nulidade do licenciamento. 7. Recurso Contencioso de Anulação nº 125/03, relativo à construção de um edifício de 4 pisos, situado na Rua 5 de Outubro, nº 42, em Almeirim, e cujo licenciamento foi requerido por Francisco Marcos Leonor: Foi julgado procedente por sentença de 10 de Setembro de 2007, transitada em julgado, com a declaração de nulidade do respectivo acto de licenciamento. Sete casos de licenciamentos deferidos em violação de normas legais, foram objecto de sentenças judiciais que declararam a sua NULIDADE; O Presidente da Câmara desobedeceu ao Tribunal e não mandou executar as respectivas sentenças; Da EXECUÇÃO DAS SENTENÇAS, que é OBRIGATÓRIA, os casos já transitaram em julgado, deve ser RESPONSABILIZADO o presidente da Câmara, que deverá assumir, não só as

responsabilidades criminais, mas também as financeiras; Trata-se de uma situação de enorme gravidade geradora de prejuízos incalculáveis e irreparáveis para Almeirim e de uma enorme irresponsabilidade, que não dignifica quem exerce a função de presidente de Câmara; Foram violadas diversas normas legais, nomeadamente as constantes da Lei 34/87 de 16 de Julho e alterações mais recentes (Lei n.º 108/2001, de 28 de Novembro Crimes de responsabilidade dos titulares de cargos políticos): Artigo 13 (Desacatamento ou recusa de execução de decisão de Tribunal) Artigo 12.º (Denegação de justiça) Artigo 11.º (Prevaricação) Artigo 26º (Abuso de poderes) Situação que se pode tipificar como prática de actos integradores dos crimes de desobediência qualificada e de abuso de poder previstos, respectivamente, nos art.ºs 348º do Código Penal e 26º da Lei n.º 34/87, de 16 de Julho, entre outras cuja competência será dos órgãos judiciais próprios tipificar. Perante esta situação deverá o senhor presidente da câmara apresentar a sua imediata demissão, por não ter condições para desempenhar o cargo e ser dissolvido este órgão, com a marcação das respectivas eleições antecipadas. Vou participar: Ao Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra que as sentenças não foram executadas; Ao Tribunal de Contas para promover as respectivas acções sancionatórias de responsabilidade financeira. Ao senhor Procurador-geral da República para eventual avaliação e tipificação de outras situações criminais; Ao senhor Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local para promover a dissolução do órgão.-----

----- Às quinze horas e oito minutos entrou a Senhora Vereadora Maria Manuela dos Santos Ferreira Cunha.-----

-----O Senhor Presidente informou que está contida na convocatória para esta reunião uma informação que vai desde já adiantar, se o restante Executivo não se opuser. Refere-se à alteração a fazer na Rua Condessa da Junqueira, entre o cruzamento da Rua Bernardo Gonçalves e os Celeiros. A alteração

consiste na substituição das árvores. -----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha perguntou quais as árvores que vão substituir as actuais. -----

-----O Senhor Presidente respondeu que são magnólias. -----

-----A Senhora Vereadora disse que essas árvores formam uma copa muito frondosa, não são árvores boas para passeios, são árvores extremamente exigentes em água que não são adequadas ao nosso clima, por outro lado têm uma raiz, que daqui por alguns anos vão levantar os passeios e trazer problemas para o Autarca vindouro. Deveriam ser árvores de folha caduca para garantir o direito ao sol de Inverno e espécies cujas suas raízes não provoquem problemas nos passeios. Acrescentou: "Discordo totalmente do arranque das árvores entre a Rua Condessa da Junqueira no troço compreendido entre o cruzamento da Rua Bernardo Gonçalves e os Celeiros, para colocar no seu lugar magnólias. Considero que a substituição destas árvores só poderia acontecer após terem vindo a este Executivo sugestões de árvores de folha caduca e compatíveis com o nosso clima e não tivessem um crescimento desmedido em relação às habitações, o que não é o caso das magnólias. Considero este arranque para substituição deste tipo, um crime ambiental."-----

-----PERIODO DA ORDEM DO DIA-----

-----OBRAS MUNICIPAIS E FORNECIMENTOS-----

-----CENTRO ESCOLAR DE ALMEIRIM - O Senhor Presidente apresentou a proposta do seguinte teor: " Conjugado o número um do artigo trinta e seis, o número dois do artigo quarenta, todos do Código de Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei dezoito de dois mil e oito de vinte e nove de Janeiro, com a alínea b) do número um do artigo dezoito do Decreto-Lei número cento e noventa e sete de noventa e nove, de oito de Junho, e ainda da alínea q) do número um do artigo sessenta e quatro da Lei número cento e sessenta e nove de noventa e nove, de dezoito de Setembro com a redacção introduzida pela republicação com a Lei cinco-A de dois

mil e dois de onze de Janeiro, proponho:-----
-----Que seja autorizada a despesa, bem como aprovada a decisão de contratar através do lançamento de Concurso Público, e ainda aprovar o Projecto, Programa de Procedimento e Caderno de Encargos para execução da obra: "Centro Escolar de Almeirim"'.--
-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha pretende saber porque é que o programa de concurso não apresenta o factor tempo nos critérios de adjudicação. E acrescenta que não concorda com os sessenta por cento propostos para o critério do preço e os quarenta por cento propostos para a valia técnica da proposta, porque, no seu entender, a valia técnica é algo de subjectivo. Por isso propõe que o preço passe a representar oitenta por cento, o tempo dez por cento e a valia técnica os restantes dez por cento e que esta seja definida a partir de critérios mais objectivos. Gostaria ainda de saber porque é que o valor base apresentado no Caderno de Encargos não corresponde ao valor apresentado na estimativa de custo da obra. Sendo o valor base que aparece no Caderno de Encargos de dois milhões quatrocentos e cinco mil oitocentos e sessenta e oito euros e sessenta e três cêntimos, e o valor apresentado na estimativa é de dois milhões duzentos e oitenta mil quatrocentos e sessenta e três euros e quarenta e um cêntimos, isto é, inferior.-----
-----O Senhor Presidente informou que o factor tempo não vem nos critérios de avaliação porque se determinou um tempo bastante apertado, de oito meses, para todos os concorrentes sem admitir propostas alternativas. No critério da valia técnica é apreciado o apetrechamento técnico do empreiteiro, em equipamentos e pessoal, por isso é objectivo.-----
-----Posto à votação foi o mesmo aprovado por maioria com cinco votos a favor, e a abstenção da Senhora Vereadora Manuela Cunha, a autorizar a despesa, bem como aprovar a decisão de contratar através do lançamento de Concurso Público, e ainda aprovar o Projecto, Programa de Procedimento e Caderno de Encargos para execução da obra: "Centro Escolar de Almeirim."-----
-----Mais deliberou alterar o valor base de dois milhões

quatrocentos e cinco mil oitocentos e sessenta e oito euros e sessenta e três cêntimos para dois milhões duzentos e oitenta mil quatrocentos e sessenta e três euros e quarenta e um cêntimos.-----

-----A Senhora Vereadora ditou a seguinte declaração de voto: " Considerando eu a construção do Centro Escolar algo muito importante para retirar as crianças dos contentores, nos quais elas estão a receber as aulas, criando assim, melhores condições de ensino no nosso Concelho, não posso no entanto dar um cheque em branco a este concurso público, sobretudo depois do historial que este teve, e aprovar um programa de concurso que estabelece critérios de adjudicação onde a subjectividade não permite acautelar nem a lealdade concursal nem a boa gestão dos dinheiros públicos. Estas são as razões pela qual me abstenho".-

----- O Senhor Vereador Francisco Maurício ditou a seguinte declaração de voto:" voto a favor na convicção de que toda a legalidade do projecto está salvaguardada. Recordo que este projecto é cerca de sessenta por cento mais caro do que a primeira adjudicação efectuada neste executivo do mesmo Centro Escolar".-----

-----**5 - DELIBERAÇÕES DIVERSAS**-----

-----EXERCICIO FISICO PARA IDOSOS - o Senhor Presidente propôs ao Executivo a aprovação do clausulado do protocolo a celebrar entre a Autarquia e o Modelo Continente Hipermercados, SA, que a seguir se transcreve: "**Protocolo** - Modelo Continente Hipermercados, S.A. com sede na Rua João Mendonça, nº 505, freguesia da Senhora da Hora, concelho de Matosinhos, com o número de pessoa colectiva e de matrícula na Conservatória do Registo Comercial do Porto - 502 011 475, com o capital social de 5.000.000 Euros, neste acto representada pelo seu procurador, Senhor Doutor Miguel Maria Bragança da Cunha Osório Araújo, adiante designada como Modelo Continente;-----

-----**e**-----

-----O **Município de Almeirim**, pessoa colectiva nº 501273433,

sediado na Rua 5 de Outubro 2080-052 Almeirim, através do seu órgão executivo, Câmara Municipal de Almeirim, e aqui representada pelo seu Presidente, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes, com poderes para o acto, adiante designado como Câmara Municipal Almeirim;-----

-----**Considerando que:**-----

-----1) A Modelo Continente Hipermercados, S.A. é uma sociedade comercial que explora, a nível nacional, vários estabelecimentos do ramo retalhista, entre os quais os estabelecimentos comerciais que giram sob o nome Modelo, com forte expressão em Portugal.-----

-----2) A Modelo Continente desenvolve a sua actividade de acordo com os princípios da sustentabilidade económica, da inovação e das sinergias retiradas do portfolio actual das lojas e ainda no reforço do "value-for-money" nos seus diversos formatos e, como tal, no âmbito da sua actividade, procura estabelecer parcerias com entidades e instituições que permitam prosseguir e realizar estes objectivos, bem como, atingir segmentos de mercado específicos, como seja aquele destinado aos interesses e consumo sénior, considerando-se como tal, os interesses partilhados por pessoas, do sexo feminino ou masculino, com idade superior a 55 anos.-----

-----3) A Câmara Municipal de Almeirim é uma Instituição autárquica e assume o papel de órgão executivo do município de Almeirim.-----

-----4) Com objectivos bem definidos a Câmara Municipal Almeirim, integra o perfil de instituição com quem a Modelo Continente procura celebrar o presente protocolo.-----

-----À semelhança de outros protocolos e acordos celebrados quer pela Câmara Municipal de Almeirim quer pela Modelo Continente, ambas pretendem estabelecer uma sólida relação de cooperação, livremente estabelecida com base nos princípios da boa-fé, que se definirá de acordo com as seguintes cláusulas:-----

-----**Cláusula Primeira**-----

-----1. O presente protocolo destina-se a fixar os termos da

colaboração recíproca entre a Modelo Continente e Câmara Municipal de Almeirim, nos termos a definir nas cláusulas seguintes. -----

-----**Cláusula Segunda**-----

-----Por força do presente Protocolo, a Modelo Continente irá desenvolver os seus melhores esforços para:-----

-----Construir uma zona de exercício físico para seniores, na zona norte - Parque Urbano, denominado de Parque Modelo, respeitando as normas e legislação em vigor para o efeito.-----

-----Promover a utilização deste Parque Modelo, através de programas de dinamização do mesmo.-----

-----Ceder, nas condições descritas no Anexo 1 - Projecto Parque Modelo, o parque à autarquia para livre utilização de todos os cidadãos seniores, ficando a Câmara Municipal de Almeirim, responsável pela sua manutenção, vigilância ou fiscalização, excepto o referido no número seguinte-----

-----Garantir a manutenção técnica dos equipamentos instalados, por um período de dois anos, a contar da data da inauguração do Parque Modelo ao público.-----

-----**Cláusula Terceira**-----

-----Por força do presente Protocolo, a Câmara Municipal de Almeirim compromete-se a:-----

-----Ceder o terreno bem como água e energia eléctrica para a colocação e montagem do Parque Modelo.-----

-----Assegurar o fornecimento de energia eléctrica e água durante a construção do parque e após para funcionamento do mesmo.-----

-----Após a montagem do Parque Modelo por parte da Modelo Continente, cumprir a legislação em vigor relativa ao mesmo e assumir toda a responsabilidade civil sobre o qualquer facto que ocorra no mesmo.-----

-----Apoiar a Modelo Continente, na promoção do Parque Modelo, fazendo a sua divulgação através de vários meios e suportes. ---

-----**Cláusula Quarta**-----

-----No âmbito do objecto do presente protocolo, a Câmara

Municipal de Almeirim permite a divulgação da imagem do Município associada à imagem e sinais distintivos de comércio da Modelo Continente.-----

-----As partes obrigam-se a utilizar a propriedade intelectual e a publicidade respectivas, nos termos expressamente previstos no presente protocolo e exclusivamente no âmbito e para efeitos de cumprimento do mesmo.-----

-----**Cláusula Quinta**-----

-----O presente protocolo é válido desde o dia 18 de Novembro de 2008, até ao dia 18 de Novembro de 2010 (dois anos).-----

-----Findo o prazo de vigência indicado no ponto anterior, termina o presente protocolo sem necessidade de qualquer comunicação ou notificação para o efeito salvo se os outorgantes acordarem por escrito a sua renovação.-----

-----As partes poderão, por acordo escrito celebrado antes do termo do presente protocolo, previsto no nº 1 desta cláusula, estabelecer a renovação do seu prazo de vigência pelo mesmo período ou por um período diferente, constituindo o acordo um aditamento ao presente protocolo.-----

-----As partes poderão por termo ao presente protocolo, antes do prazo referido no número 1, por mútuo acordo.-----

----**Cláusula Sexta**-----

----Sem prejuízo de outros direitos, incluindo o de indemnização, qualquer uma das partes poderá proceder à resolução do presente protocolo, em caso de incumprimento imputável à outra parte de qualquer das obrigações decorrentes deste protocolo, sendo o incumprimento apreciado quer pela sua gravidade, quer pela sua reiteração.-----

-----Considera-se que há incumprimento grave e reiterado quando a parte não faltosa comunica à parte faltosa que deverá sanar o incumprimento e no prazo de 30 dias de calendário a contar dessa comunicação o incumprimento não for sanado.-----

-----Cláusula Sétima-----

-----Todos os eventuais litígios decorrentes da validade, interpretação e execução do presente protocolo serão dirimidos

pelo Tribunal Judicial da Comarca do Porto, com expressa renúncia de qualquer outro.”-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha pede para se inscrever, para falar sobre a matéria.-----

-----O Senhor Vice-Presidente prestou os esclarecimentos sobre o assunto.-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha referiu que já tinha tomado conhecimento por via de um programa de televisão da intenção da Autarquia adquirir um parque deste tipo. Para além do facto de mais uma vez ser notório que “o “pi” da casa é o último a saber”, e se bem que acha este tipo de parques interessantes para a população, discorda da proposta aqui apresentada e considera-a uma vergonha. A proposta do Modelo, uma vez que o mesmo é instalado em terrenos da câmara, mas tem o objectivo de fazer publicidade a uma empresa que visa lucros particulares. O Modelo vai pagar uma importância mixuruca por este parque comparativamente com aquilo que são custos publicitários feitos pelos meios tradicionais como por exemplo os out-doors e vão fazer uma concorrência desleal, beneficiando do terreno municipal ao pequeno comércio desta terra, que ainda consegue sobreviver. Não sou contra os patrocínios às Associações, mas às Autarquias acho que é diferente porque estas não devem privilegiar nem publicitar ninguém em especial, devem representar todas as pessoas e actividades do concelho.-----

----- O Senhor Vereador Francisco Maurício disse:” O valor do investimento que vai ser feito pelo Modelo em terrenos da autarquia, não acho que seja um grande negócio para esta, a não ser que esteja em dificuldades económicas.”-----

-----O Senhor Vice Presidente referiu que a publicidade a colocar é por três anos, e representa um valor de sete mil euros. Se houver quem pague este valor não está preocupado em saber quem vai colocar a publicidade, se o Modelo, se outra instituição. Se houver outra entidade que apresente outra solução, a autarquia estará disponível para analisar a pretensão.-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha refere que o período de colocação da publicidade seja reduzido para dois anos, em vez dos três propostos.-----

-----Posta à votação, foi o protocolo aprovado por maioria, com quatro votos a favor, do Senhor Presidente, Vice Presidente, Vereadores José Carlos da Silva e Francisco Maurício, e dois votos contra da Vereadora da CDU e Vereador do PPD/PSD.-----

-----O Senhor Vereador Vítor Pedro disse: "voto contra porque as condições do protocolo não defendem as condições do Município".-

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha referiu: " Sendo eu a favor de um parque deste tipo, e sendo este de valor irrisório, poderia ser suportado pela Autarquia, porque as condições acordadas com o Modelo são de tão baixo custo, comparativamente com os custos normais de publicidade que criam uma situação de desigualdade com o comércio local, que sustenta um conjunto de postos de trabalho e de famílias. A redução do contrato para dois anos tal como propus comparativamente com a proposta inicial do Vereador Pedro Ribeiro de três anos, sempre é um mal menor."-----

-----O Senhor Vice Presidente disse: " este protocolo já foi celebrado como um conjunto vasto de autarquias e a Câmara de Almeirim estará disponível para aceitar propostas deste tipo de outras empresas desta e de outras áreas, assim hajam interessados".-----

----- O Senhor Vereador Francisco Maurício disse: " voto a favor porque considero o Modelo uma empresa de qualidade instalada no Concelho e com elevado grau de empregabilidade, merece ser tratada como qualquer outra empresa do Concelho."-----

-----O Senhor Presidente referiu: " trata-se de um protocolo a celebrar com um agente económico da nossa cidade que porventura pode vir a funcionar como desafio para outros e também porque a Câmara nada cede para este acordo, e vai ficar com os equipamentos de um parque que ainda é uma lacuna na cidade."-----

-----COMPRA DE TERRENO À SANTA CASA DA MISERICÓRDIA -O Senhor

Presidente apresentou a proposta do seguinte teor:" Tendo presente o ofício da Santa Casa da Misericórdia em que nos propõem a venda do terreno em frente do Tribunal com a área de duzentos e noventa e oito metros quadrados por duzentos mil euros, ao abrigo da alínea f) do número um do artigo sessenta e quatro da Lei cento e sessenta e nove de noventa e nove de dezoito de Setembro, com a redacção introduzida pela republicação com a Lei cinco - A de dois mil e dois de onze de Janeiro, proponho que o executivo aprecie a proposta e delibere em função daquilo que entenda ser o interesse do Município."-----

----- A Senhora Vereadora Manuela Cunha perguntou qual o valor que o Senhor Presidente tem para este terreno.-----

-----O Senhor Presidente respondeu que não tem valor para esta proposta.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício indagou que o preço é bastante exagerado e pergunta se o Centro de Actividades de Tempos Livres em valência com o primeiro ciclo está prevista a construção destes equipamentos com o dinheiro que a autarquia vai pagar pela compra do terreno.-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha perguntou ao Senhor Presidente:"Quer aquele terreno para quê?".-----

-----O Senhor Presidente referiu que a construção de uma creche pela Santa Casa da Misericórdia, tem aspectos positivos, visto que é um equipamento em falta na nossa cidade. Contudo, acha que o preço que a Santa Casa pede pelo terreno é quase proibitivo, e acrescentou que a filha do Álvaro Laudácias tem também uma língua de terreno junto ao da Santa da Casa e que se a autarquia comprar pelo preço proposto terá que praticar o mesmo valor com a proprietária do outro terreno. E referiu: "pomos numa fasquia muito alta o preço do terreno a praticar naquela zona, caso a Câmara venha a adquirir aquela parcela, a sua compra só poderá acontecer através de leasing. O terreno era bastante vantajoso para a Câmara, pois, dava a possibilidade de edificar aquele terreno com a construção de escritórios que são escassos naquele local, perto do Tribunal".-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha questionou se está assegurada a construção da creche, ao que o Senhor Presidente respondeu que é um assunto da Santa Casa.-----

-----A mesma Autarca referiu que a Câmara deve definir objectivos de planeamento para posterior aquisição do terreno, e que o valor proposto não é aceitável.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício referiu que se deve manter a oferta de sete de Janeiro, e garantir que a Câmara participe no financiamento da construção da creche.-----

-----Posto à votação, foi deliberado por maioria, com a abstenção da Senhora Vereadora Manuela Cunha, adquirir o terreno no Largo Manuel Rodrigues Pisco, pelo valor de cento e cinquenta mil euros e realizar um contrato programa no valor de cinquenta mil euros a desenvolver em paralelo com a construção da creche.-

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha disse:" abstenho-me porque considero que o preço do terreno é demasiado elevado e que a câmara está a inflacionar o preço dos terrenos em Almeirim"-----

-----PROTOCOLO COM O CRIAL- Foi presente a proposta do Senhor Presidente para aprovar o clausulado do protocolo a celebrar entre a Autarquia e o CRIAL, distribuído na passada reunião a todo o Executivo.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade aprovar o protocolo apresentado.-----

-----OFICINA DAS ARTES - O Senhor Presidente apresentou a proposta do seguinte teor:" Tendo presente o ofício de dezassete de Outubro da ASA/USAL e o mérito do objectivo que é criar a oficina das artes, ao abrigo da alínea b) do número quatro do artigo sessenta e quatro da Lei cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro com a redacção introduzida pela republicação com a Lei cinco - A barra de dois mil e dois de onze de Janeiro, proponho que a Câmara suporte o valor da renda de quatrocentos euros mensais, até se encontrarem

instalações gratuitas."-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada, não participou nesta deliberação o Senhor Vice Presidente, por se encontrar legalmente impedido.-----

-----TRANSFERENCIAS - A pedido das seguintes entidades, a Câmara deliberou conceder as seguintes transferências: Rancho Folclórico de Fazendas de Almeirim, duzentos e cinquenta euros para despesas com a realização do Baile de S. Martinho; Associação Portuguesa dos Amigos de Raoul Follereau, cinquenta euros para apoio às iniciativas no âmbito do dia mundial dos leprosos; Associação Vinte Quilómetros de Almeirim, vigésima segunda edição dos vinte quilómetros de Almeirim e mini vinte quilómetros de Almeirim - rota da Sopa da Pedra - vigésima primeira taça dos clubes campeões europeus de estrada - um euro e cinquenta e quatro cêntimos vezes dois mil e oitocentos sacos que foram oferecidos aos participantes e colaboradores das provas acima indicadas; Agrupamento de Escolas Febo Moniz - Almeirim EB 2,3 de Almeirim, quinhentos euros para apoiar a festa de natal dos Jardins de Infância do Agrupamento, que investe numa peça de Teatro "O Zacarias e os Amigos"; Associação Vinte Quilómetros de Almeirim - Secção de Atletismo, trezentos e cinquenta euros para a prova de atletismo de corta mato a realizar na zona Norte em Almeirim, no próximo dia trinta de Novembro; Associação Vinte Quilómetros de Almeirim - Secção de Ténis, mil quinhentos e quarenta e seis euros e cinquenta cêntimos para inscrição dos jogadores; Associação Comercial e Empresarial de Santarém, trezentos euros para realização de animação de rua em Almeirim com as seguintes actividades: chegada do Pai Natal acompanhado da mascote e cartazes a divulgar a animação.-----

-----A Câmara tomou conhecimento do ofício da Associação Portuguesa de Solidariedade Mãos Unidas Padre Damião, dando conhecimento da sua actividade.-----

-----TRANSITO - Sob proposta do Senhor Vice Presidente, a Câmara deliberou por unanimidade colocar a seguinte sinalização de trânsito: Rua dos Charcos, com sentido único, no sentido Rua de Coruche/ Rua Dr. João Moreno, entre a Rua de Coruche e a Rua Dr. João Moreno; um sinal de informação de sentido único no lado direito da Rua dos Charcos, junto ao cruzamento com a Rua de Coruche. Um sinal de sentido proibido no lado esquerdo da Rua dos Charcos, no cruzamento com a Rua Dr. João Moreno.-----

-----Alteração para dois sentidos, na Rua Infante D. Henrique entre a Rua Vasco da Gama e a Rua Moinho de Vento em Almeirim.--

-----BALCÃO DE HERANÇA/BALCÃO DE DIVÓRCIO - Foi presente o mail do Chefe de Gabinete do Secretário de Estado da Justiça, enviando para divulgação pública junto da população do Concelho de Almeirim, a abertura do "Balcão das Heranças" e do "Balcão Divorcio com Partilha", na Conservatória do Registo Civil deste município. -----

-----O Balcão das Heranças é um serviço em atendimento único que permite realizar todas as operações e actos relacionados com a sucessão por morte, como partilha os bens do falecido entre herdeiros, pagar os impostos devidos ou pedir ou realizar todos os registos dos bens partilhados. O Balcão Divórcio com Partilha, é um serviço em atendimento único que permite que, nos divórcios por mútuo consentimento realizados nas conservatórias do registo civil, se possam partilhar os bens do casal e realizar todas as formalidades envolvidas como partilhar os bens do casal, pagar os impostos devidos ou pedir ou realizar todos os registos dos bens partilhados.-----

-----O Executivo tomou conhecimento.-----

-----LEGALIZAÇÃO DE VACARIA - O Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta: " Tendo em conta as posições dos proprietários da vacaria junto à Quinta de S. Miguel e da Suinicultura do Vale da Rainha de quase recurso com vista à aprovação dos seus processos, proponho que o Executivo aprecie

os dois processos."-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha disse: "Mais depressa se apanha um mentiroso que um coxo, o processo que tive oportunidade de consultar, ocorreu na sequência de um requerimento dos "Os Verdes", devido à poluição que a vacaria causa na Vala Real e em relação aos terrenos vizinhos a jusantes. Após uma visita às instalações foi assegurado que a vacaria tratava os esgotos que os despejava para os esgotos municipais, depois de ter verificado todo este processo constaste que grande parte da vacaria está ilegal; Segundo, se os esgotos da vacaria estão ou não a ser conduzidos para os esgotos da Câmara, não se sabe porque não havia força de gravitação. O dono da vacaria só desencadeou um processo de legalização após o requerimento de "Os Verdes", num momento em que houve oportunidade de se negociar a saída da vacaria, só que não sabia que grande parte das instalações não estavam legalizadas a nenhum nível."-----

-----O Senhor Presidente referiu que a Senhora Vereadora Manuela Cunha chamou-nos mentirosos, mas ela não falou mais verdade, porque se esqueceu que a visita feita às instalações abrangeu todo o Executivo em exercício à data em que foi apreciado o processo de obras, treze de Novembro de dois mil e um, simplesmente o dono da vacaria não deu andamento ao processo até ao seu termo, é isso que está a tentar neste momento e é por isso que o referido processo volta a apreciação do Executivo. O dono convidou a fazer uma visita."-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha referiu que a visita à vacaria fez-se depois das múltiplas queixas que apresentou em reuniões de Câmara das muitas descargas que o proprietário fez para os terrenos a jusantes. Acrescenta que se sente enganada pelas informações que lhe foram prestadas no mandato anterior. A vacaria não cumpre com as condições impostas pela lei.-----

-----O Senhor Presidente referiu que: "As instalações que constam do projecto de obras de dois mil e um estavam naquele local à cerca de trinta anos, e o que se pretende com este

projecto é a legalização das instalações."-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha disse: "O Senhor Presidente compactuou com a presença da vacaria naquele local, sem que esta tivesse condições ambientais, nem mostrasse vontade de as criar, sendo esta um foco de incomodo para a Urbanização Quinta de São Miguel, que o Senhor Presidente autorizou mesmo ao lado da vacaria, tendo ocultado aos órgãos da administração central, esta informação."-----

-----O Senhor Presidente proferiu:" A Senhora Vereadora Manuela Cunha mente com quantos dentes tem na boca, porque se esquece que no mandato anterior eu cometi o erro de a convidar a visitar a vacaria, assim como a todo o Executivo, em sequencia da apreciação que estamos a fazer ao processo de obras."-----

-----Posta à votação a legalização da vacaria, foi reprovada por maioria, com o voto favorável do Vereador do PS, José Carlos da Silva, as abstenções do Sr. Presidente, do Vereador Pedro Ribeiro e da Vereadora da CDU e o voto contra do PPD/PSD e do Vereador Francisco Maurício. -----

-----O Senhor Presidente pediu que fique registado o seguinte facto: " A Senhora Vereadora Manuela Cunha primeiramente votou contra, depois mudou o seu voto para abstenção, e prosseguiu, lamento constatar mais uma vez que a Senhora Vereadora não tem a sua opinião formada."-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício leu a seguinte declaração de voto: "Voto contra porque, apesar das informações disponibilizadas, discordo da presença de uma vacaria junto a uma zona habitacional de qualidade. Quero lamentar a posição titubeante, oportunista e cobarde, assumida pelos meus colegas, honrosa excepção do PPD/PSD. Para os outros constacto que a existência de uma vacaria junto à Quinta de S. Miguel e a outros empreendimentos já aprovados não causa qualquer transtorno."-----

-----A Senhora Vereadora ditou a seguinte declaração de voto: "Depois de uma leitura atenta de todo o processo e depois de ter compreendido toda informação que foi ocultada pelo Senhor Presidente ao Executivo anterior e a cobertura dada pelo Senhor

Presidente à manutenção duma infraestrutura poluente e que não tinha nem tem grande parte das suas instalações legalizadas, e sendo eu contra a manutenção deste estado de facto, considerando que esta vacaria é um foco de problemas naquela zona e deve daí sair, levou-me a expressar a intenção de votar contra porque estou contra a manutenção deste estado de facto, no entanto, a cobardia do voto dos eleitos do PS, que querem fazer suportar aos eleitos da oposição a decisão e as implicações que esta pode acarretar do ponto de vista jurídico/económico, levou-me a alterar a minha posição de voto e abstenho-me deixando à responsabilidade dos eleitos Socialistas a resolução de um problema que só se vem a protelar desde dois mil e um devido às suas mentiras/omissões e ausência de intervenção no sentido de fazer cumprir a legalidade.”-----

-----O Senhor Presidente ditou a seguinte declaração de voto:” O Voto da Senhora Vereadora Manuela Cunha é um exemplo de uma escandalosa cobardia, e isto porque sendo militante de “Os Verdes”, segundo se intitula, mudou o seu voto para se libertar da responsabilidade do voto contra. A minha abstenção deve-se apenas à consideração por uma exploração que funciona há dezenas de anos naquele local, embora reconheça que presentemente traz inconvenientes a quem mora nas proximidades.” -----

-----SUINICULTURA NO VALE DA RAINHA - Foi presente para legalização o processo de suinicultura da exploração sita em Vale de Rainha, Fazendas de Almeirim, propriedade de Ramiro Felício Guilherme.-----

-----Ao consultar o processo a Senhora Vereadora Manuela Cunha perguntou ao Senhor Vereador José Carlos da Silva o que é que fez depois de receber a informação do Médico Veterinário Municipal de Almeirim, a comunicar-lhe que: “ (...) a exploração de suinicultura, propriedade do Senhor Ramiro Felício Guilherme, sita em Vale da Rainha, possui um efectivo de cerca de duzentas e cinquenta porcas criadeiras e setecentos e cinquenta suínos de engorda, não se encontra licenciada para esta dimensão que, como

facilmente se compreende, apresenta um potencial poluente não negligenciável, apoiados por cinco lagoas sanitárias que nos pareceu funcionarem dificilmente e com drenagem eventualmente próxima de zonas residenciais. A exploração suína, apresenta umas recentes construções em alvenarias que teriam aumentado, gradualmente, a sua capacidade instaladora de animais que, cremos, não terem sido autorizadas. O potencial poluente de cerca de mil suínos, deverá constituir uma forte preocupação para o Município de Almeirim.”-----

-----O Senhor Vereador José Carlos da Silva respondeu que pediu ao fiscal para se dirigir ao local e verificar se havia alguma construção para além daquelas que nós tínhamos conhecimento e que não estivesse licenciada. -----

-----O Senhor Presidente disse que a Senhora Vereadora não tem que estar a julgar ninguém. -----

-----Posto à votação a legalização da suinicultura foi a mesma reprovada por unanimidade. -----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha ditou a seguinte declaração de voto: “Votei contra o licenciamento da suinicultura por toda a informação e pareceres juntos, dando a conhecer a falta de condição das instalações e a proximidade de habitações, bem como o foco de poluição que esta constitui para a zona habitacional, mas lamento ter verificado que esta situação era do conhecimento dos Vereadores a tempo inteiro, que só agora vem ao Executivo e que foi preciso as populações se apresentarem numa reunião de Câmara para fazer queixa.”-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício ditou a seguinte declaração de voto: “Votei contra em conformidade com a informação do técnico Camarário, António Forte.”-----

-----HOMENAGEM AO DR. JOAQUIM ISABELINHA - O Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta: “Tendo em conta a figura ímpar que foi o Dr. Joaquim D. Gonçalves Isabelinha, ao abrigo da alínea b) do número quatro do artigo sessenta e quatro da Lei número cento e sessenta e nove de noventa e nove, de dezoito de

Setembro com a redacção introduzida pela republicação com a Lei cinco-A de dois mil e dois, de onze de Janeiro, proponho que sejam atribuídos mil e quinhentos euros de subsídio à Comissão Organizadora da Festa de Homenagem pelos cem anos de idade."----

-----O Senhor Presidente propôs também a atribuição da medalha de Honra ao Dr. Joaquim Isabelinha.-----

-----A Câmara deliberou conceder o subsídio de mil e quinhentos euros e através de votação secreta atribuir a medalha de Honra ao Homenageado. -----

-----AUTOCARROS MUNICIPAIS - A Câmara deliberou contabilizar os custos com deslocações dos autocarros municipais, ao serviço das seguintes entidades:-----

-----Escola P Três e Benfica do Ribatejo, duzentos e cinquenta e nove euros e vinte cêntimos; Escola Moinho de Vento, cento e sessenta e sete euros e oitenta cêntimos; Escolas Moinho de Vento e Tapada, cento e oitenta e quatro euros e noventa cêntimos; Associação Vinte Quilómetros de Almeirim, mil trezentos e sessenta e um euros e trinta cêntimos; Centro Paroquial de Almeirim, cento e noventa e cinco euros e cinquenta e dois cêntimos; Casa de Repouso S. João Batista, duzentos e oitenta e nove euros e sessenta e cinco cêntimos; Banda Marcial de Almeirim, novecentos e doze euros e oitenta cêntimos; USAL, trezentos e cinquenta e sete euros e cinquenta e sete cêntimos; Orfeão de Almeirim, quatrocentos e quatro euros e quarenta cêntimos; Lar de S. José, duzentos e quinze euros e dois cêntimos; Escola P Três, vinte e nove euros e trinta e quatro cêntimos; UFCA, oitenta e quatro euros e dezoito cêntimos; Junta de Freguesia de Almeirim, cento e oito euros e quarenta e oito cêntimos; Rancho Folclórico de Paço dos Negros, seiscentos e quarenta e sete euros e um cêntimo e Estabelecimento Prisional de Alcoentre, pelo transporte de reclusos ao serviço do Município três mil quatrocentos e trinta e três euros e dez cêntimos.-----

-----PEDIDO DE AJUDA - O Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta: "Tendo em conta o pedido apresentado pela Associação Apoio Famílias de Fazendas de Almeirim para ajudar às despesas de doze mil quatrocentos e trinta e oito euros e trinta e um cêntimos, ao abrigo da alínea b) do número quatro do artigo sessenta e quatro da Lei número cento e sessenta e nove de noventa e nove, de dezoito de Setembro com a redacção introduzida pela republicação com a Lei cinco-A de dois mil e dois, de onze de Janeiro, proponho a atribuição do subsídio de cinquenta por cento."-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade atribuir o subsidio de seis mil duzentos e dezanove euros e quinze cêntimos, para as despesas efectuadas com as obras de manutenção efectuadas no início do ano lectivo.-----

-----ZONA DE INTERVENÇÃO FLORESTAL - O Senhor Vice-Presidente apresentou a seguinte proposta:" Atendendo ao facto de se estar a construir uma Zona de Intervenção Florestal, ZIF, nos Concelhos de Almeirim e Alpiarça, proponho a adesão desta Autarquia à ZIF número cento e cinco de dois mil e sete, com o prédio localizado na freguesia de Raposa - zero quatro, secção zero zero seis, artigo matricial número quatro ARV, denominado "Moinho de Cima"."-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada. -----

-----GABINETE DA DEPUTADA LUISA MESQUITA - A Câmara tomou conhecimento da pergunta formulada pela Senhora Deputada Luísa Mesquita ao Governo, sobre o Decreto-Lei cinquenta e oito de dois mil e oito que põe em causa o transporte público ferroviário.-----

-----ACÇÃO SOCIAL - Foi presente a comunicação do Gabinete de Acção Social, dando conta que Joaquim Alberto Bento Silva Casimiro Leandro, residente em Almeirim, está incapacitado de

trabalhar, encontrando-se numa situação de baixa prolongada. A doença desencadeou um conjunto de despesas de medicamentos e de tratamentos fisioterapeutas, pelo que solicita ajuda para o seu pagamento.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade pagar as despesas apresentadas, no valor de trezentos e sessenta e cinco euros e noventa e três cêntimos em medicamentos e trinta e cinco euros e oitenta cêntimos em tratamentos de fisioterapia.-----

-----DEBATE - A Câmara tomou conhecimento do mail, enviado por Ascensão Duarte, dando conta que a Associação Portuguesa para a Cidadania Activa vai promover um debate, sobre "Quais as Funções do Estado para o Século XXI", a realizar no dia vinte e seis de Novembro próximo, no Auditório da Escola Superior de Gestão em Santarém, pelas vinte e uma horas.-----

-----PARECER - Foi presente o mail da Associação Nacional de Municípios Portugueses, informando que o projecto de proposta de lei que visa aprovar o Regime Geral dos Bens Domínio Público do Estado, Regiões Autónomas e Autarquias Locais, se encontram disponíveis no site da Associação, na área reservada aos Associados.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

-----COLÓQUIO - Foi presente o mail da Assembleia da Republica, enviando nota informativa relativa ao colóquio sobre "Património Mundial: significado, procedimentos, realidades".-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

-----**1 - OBRAS PARTICULARES**-----

-----PROJECTOS DE ARQUITECTURA - O Sr. Presidente deu conhecimento dos despachos de deferimento proferidos em projectos de arquitectura respeitantes aos processos de obras abaixo designados, ao abrigo da delegação de competências:-----

-----Fernando José Oliveira Cruz Fitas, cinquenta de dois mil e oito.-----

-----PROJECTOS GLOBAIS - O Sr. Presidente deu conhecimento dos despachos de deferimento proferidos em sede de projectos globais, referentes aos processos de obras a seguir indicados, ao abrigo da delegação de competências:-----

----- Maria Madalena bento carreira Martins, nove de dois mil e um; Vítor Manuel Bento dos Santos Miranda, trezentos e quinze; Emília Russo do Sal Vieira, trezentos e cinquenta e dois, ambos de dois mil e sete.-----

-----Às dezassete horas e trinta e cinco minutos, foi encerrada a reunião.-----

-----E eu, _____, Assistente Administrativo da Câmara Municipal de Almeirim, elaborei a presente acta que lavrei e subscrevi a qual vou assinar com o Senhor Presidente.--

O Presidente da Câmara,

A Assistente Administrativa
